

Conta de luz aumenta

Desta vez, a previsão é do próprio CO-DI (Comitê de Distribuição de Energia Elétrica): se vingar a idéia de imposto seletivo para os consumidores de energia elétrica em estudo no Ministério das Minas e Energia, haverá um significativo aumento das contas que dificultará a estabilidade econômica-financeira das empresas distribuidoras de energia com o aumento da inadimplência das concessionárias. Eles só se esqueceram de dizer que isto é o mínimo que acontecerá caso o setor seja privatizado.

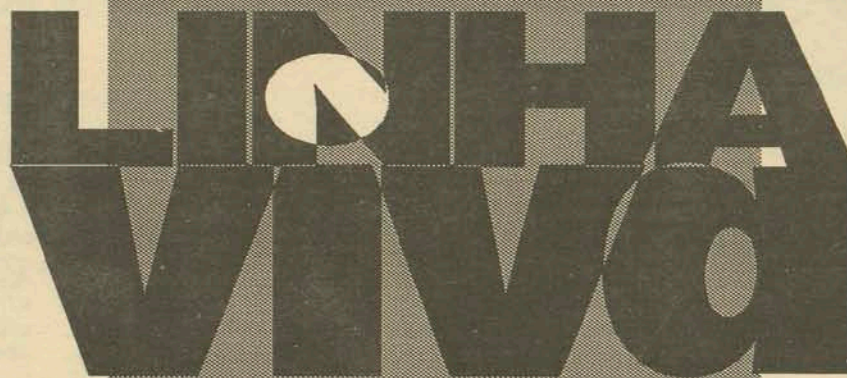
Girard volta pela lei

No dia 12 de novembro a Justiça do Trabalho cassou a liminar dada à Eletrosul que visava impedir a volta ao trabalho do diretor do Sinergia, e conselheiro da Fundação Elos, Claudius Charles Girard, que assim continuará a trabalhar normalmente na empresa.

Eleições no Vale

O Sindicato dos Eletricistas do Vale do Itajaí estará realizando nos dias 8, 9 e 10 de dezembro eleições para representantes sindicais de base. As eleições acontecerão em Itajaí; Piçarras e região, Balneário Camboriú e região, subestações da região de Itajaí e DVDI. Rio do Sul; Itaporanga e região, T. Central e região, DVAF e DVDI. Blumenau: UE Cedros e barragens, Timbó e região, Indaial, DVCN, DVDI e DVAF.

Se você trabalha em um destes locais venha se inscrever no sindicato e participe, pois sua contribuição valorizará o movimento dos trabalhadores.



Dia 27/11/92

Nº 205

ELOS sonega documentos

A Fundação ELOS está sonegando documentos que comprovam sua participação no Esquema PP, através da compra de ações "podres" da empresa SADE. A direção da instituição negou por duas vezes o pedido de uma cópia autenticada das atas 101 e 106 feito pelo curador Claudius Charles Girard. A primeira é a ata que evidencia de que houve pressão por parte da diretoria da Eletrosul para que as ações fossem adquiridas.

Na manhã do dia 25, quarta-feira, Claudius, acompanhado de um advogado e um diretor do Sinergia foi saber a resposta da solicitação que encaminhara por escrito à Fundação. Os diretores Teotônio Barreto de Queiroz e Silvio Bortolini Roratto informaram verbalmente que a diretoria havia recusado o pedido de fornecimento da ata, sem maiores explicações. Eles negaram-se a assinar um documento que contivesse a recusa. A reunião foi gravada e fotografada.

CPI — Este posicionamento da ELOS — que não tem sustentação legal — acontece em um momento em que a CPI do Esquema PP entra na sua reta final e já é praticamente certa a aprovação do relatório que aponta responsabilidade de várias fundações, inclusive da ELOS.

Curiosamente, a ELOS é uma das instituições que teve menor participação em dinheiro no esquema, no entanto, é o caso mais documentado de ação dos amigos de Pedro Paulo Leoni Ramos, o PP. A ata 101 da Fundação é peça das mais contundentes reunidas pela CPI.

O relatório elaborado pela Comissão será encaminhado à Procuradoria Geral da República, que deverá processar os envolvidos e responsáveis pelo esquema, especialmente as direções das fundações.

TEATRO — Uma cena teatral registrada nos anais da CPI tem como pro-

tagonista o senador catarinense Esperidião Amin (PDS). Ele foi à CPI pedir a manutenção do pedido de quebra do sigilo bancário de Amílcar Gazaniga, presidente da Eletrosul. A quebra do sigilo já havia sido aprovada pela Comissão, mas acabou sendo suspensa, em função de Gazaniga ter imitado Orestes Quercia, se antecipando e apresentando uma declaração de bens e rendimentos. Amin disse que a quebra do sigilo de seu "amigo pessoal", resguardava a sua imagem de homem público honrado.

Manobra esquisita. Enquanto a CPI diz que não vai às contas de Gazaniga, Amin insiste que ela vá, enquanto o próprio Gazaniga se antecipa, numa tentativa explícita de evitar a devassa. Quantos interesses estarão por trás disto? O que se pode afirmar é que os diretores da ELOS não estão representados nessa jogada, afinal Gazaniga agora os abandonou, e eles terão as suas contas reviradas. Seus nomes certamente seguirão para a Procuradoria no final da CPI...



Diretores não justificaram a negativa

Resende questiona a reforma administrativa

A pressão exercida pelo Comando Nacional dos Eletricistas, sobretudo com a ocupação do gabinete do Ministério das Minas e Energia no dia 18 de novembro, surtiu efeito. Na primeira reunião efetiva com o presidente da Eletrobrás, Eliseu Resende, ele afirmou que ainda não tinha domínio de toda situação e deu a entender que as assessorias de gestão empresarial não o tinham municiado devidamente para o encontro. Com isto ficou claro que os prepostos das empresas não tinham a menor intenção de discutir de fato a pauta e estavam apenas reeditando o estilo collorido de propor infundáveis reuniões, sem na prática terem nada a apresentar aos trabalhadores.

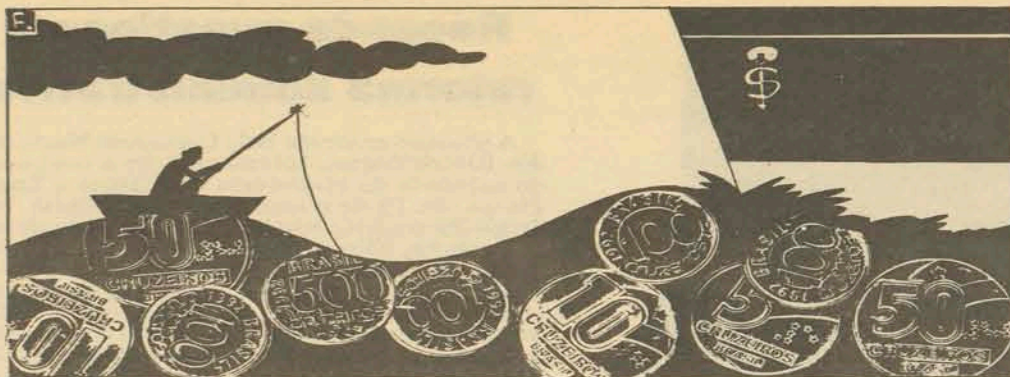
De qualquer maneira, Resende se manifestou sobre vários itens. Sobre a **produtividade** disse que, como havia uma variação de 4,39% a mais da reposição praticada pelo grupo (base INPC) para o índice de referência do CNE (ICV-Dieese), ele considerava que esta diferença se tratava da produtividade perdida.

O presidente da Eletrobrás disse ainda que as empresas estão aguardando posição do governo sobre a **política salarial**, e por isto ressaltou que a posição do Ministério do Trabalho é muito importante. O CNE terá hoje, sexta-feira, uma reunião sobre o assunto com o ministro da pasta, Valter Barelli. Sua posição é muito importante diante da proposta dos eletricistas de tirar da mesa a regulamentação das reposições para o setor.

Eliseu Resende pediu, no encontro também, um dossiê sobre o caso dos punidos, para estudar todos os casos e criar um espaço para tratar desse problema. Garantiu que as demissões de caráter político serão revistas.

Por fim, o presidente da Eletrobrás, afirmou que não haverá novas demissões no setor e chegou a falar na hipótese de algumas empresas terem de contratar novos empregados. Fez questão de relatar o quanto foi pressionado por não ter praticado em Furnas a reforma administrativa do governo Collor, demitindo a exemplo dos presidentes das demais empresas do setor.

Uma próxima reunião do CNE com o presidente da Eletrobrás vai acontecer às 14 horas, do dia 2 de dezembro, em Brasília. O comando decidiu, após o primeiro encontro com Resende que vai elaborar uma contraproposta para todos itens apresentados pela Eletrobrás, obrigando, assim, o presidente da Eletrobrás a apresentar uma posição oficial para os sete itens da pauta nacional.



Capitalismo sem risco II

Clóvis Scherer e José Álvaro Cardoso
Técnicos do DIEESE

Com a tramitação da proposta de reforma fiscal no Congresso, os empresários vem criticando o aumento da carga tributária pretendido pelo Governo. Um aumento que adicionaria mais 3% do PIB ao total de impostos cobrados pela União, estados e municípios, hoje em torno de 22,3% do PIB.

A realidade de outros países mostra que a carga tributária proposta não está fora dos padrões internacionais. O governo japonês, por exemplo, abocanha 28,28% do produto nacional daquele país. Nos Estados Unidos, a carga tributária é de 27,69% do PNB; no Canadá, 34,52%; na Alemanha, 39,19%; na Itália, 37,89%; no Reino Unido, 37,15%; e chega a 41,06% em Israel. O governo brasileiro quer que ela atinja algo em torno dos 25-26% do PIB.

Se isto já questiona o discurso das elites, a comparação fica mais nítida se observarmos que o PIB de todos estes países são relativamente muito maiores que o do Brasil. Só para citar o exemplo do Japão, lá a carga tributária garante ao Estado recursos da ordem de 5.944 dólares por habitante. Aqui no Brasil, arrecada-se uma média de 462 dólares por habitante. Isto torna claro os estreitos limites que o Estado dispõe para atender as necessidades e carências da sociedade, especialmente dos "de baixo" da pirâmide social.

Mas, além disso, é desta carga de tributos que saem as transferências do setor público para o setor privado. Elas foram apontadas pelo economista João Manuel Cardoso de Mello, da UNICAMP, que chegou a um número surpreendente: "Estamos fazendo na UNICAMP a seguinte conta: se você somar os juros da dívida interna, os juros da dívida externa, o subfaturamento das exportações, o superfaturamento das importações, o sobrepreço das obras públicas e o sobrepreço dos bens de capital, dá alguma coisa em torno de 17% do PIB, o que equivale a US\$ 68 Milhões por ano", conforme a revista Visão. Para ele, esta soma representa uma transferência para algumas grandes empresas, "em troca de

nada" uma vez que o investimento privado na economia tem ficado em apenas 12% do PIB.

Outra forma de se transferir recursos públicos para mãos privadas é através dos subsídios e benefícios fiscais concedidos pelos 3 níveis de governo (a chamada renúncia fiscal) e que pode chegar aos mesmos 3% do PIB pleiteados pelo governo. Um exemplo: o orçamento de renúncia tributária federal alcançou 49,1% do IR de Pessoas Jurídicas, 43% do IPI e 44,1% do Imposto de Importação em 1992. Todos impostos recaem sobre as empresas.

A crítica dos empresários aquece de tocar uma dimensão fundamental de qualquer discussão sobre impostos e gastos públicos, que é a da desigualdade da renda. A redução das desigualdades sociais pode ser um objetivo da política tributária e do orçamento.

Como a estrutura tributária brasileira abusa dos chamados impostos indiretos, como o ICMS e o IPI, acaba concentrando mais a renda. Estes impostos são justamente chamados de "regressivos" porque os contribuintes com renda menor pagam proporcionalmente mais impostos. Quase a metade das receitas tributárias advém destes tipos de impostos.

Os impostos que incidem diretamente sobre a renda são os mais adequados para auxiliar na redistribuição da renda. Mas, ao contrário dos países desenvolvidos o imposto de renda não chega a representar 20% das receitas tributárias no Brasil, e incide principalmente sobre os assalariados com carteira assinada. Também o imposto sobre grandes fortunas, que foi estabelecido na Constituição, e que poderia auxiliar a desconcentrar a renda, ainda não foi regulamentado e não entrou em vigor.

A questão, portanto, não se resume a haver ou não aumento de impostos no Brasil. A reforma fiscal pode ser uma grande oportunidade de se rever o papel dos impostos na superação das desigualdades sociais e regionais. Para tanto, deve-se desviar a atenção do suposto aumento ou diminuição dos impostos, para a verdadeira essência do problema fiscal, que é definir quem financia os gastos do setor público e a quem eles beneficiam.

Uma rápida pesquisa feita pelo Sinergia mostra que a escolha mais criteriosa dos fornecedores poderia representar uma economia de Cr\$ 500 mil por dia.

Cefa faz compras superfaturadas

Ninguém consegue explicar porque, mas o Centro de Formação e Aperfeiçoamento da Celesc (Cefa), está fazendo compras para seu restaurante acima dos preços de mercado, com o agravante de seu fornecedor vender as mesmas mercadorias mais barato para o consumidor comum.

O Cefa recebe semanalmente, em média, 100 empregados da Celesc que assistem ali cursos de especialização. A maioria deles vêm do interior do Estado, recebendo além da estadia, todas as refeições durante o período de treinamento.

Numa rápida pesquisa feita pelo Sinergia, constatou-se que o Cefa poderia economizar perto de Cr\$ 500 mil por dia — ou cerca de Cr\$ 10 milhões por mês — se fizesse suas compras com mais critério, até num supermercado comum. O pior é que se qualquer pessoa fosse comprar estas mesmas mercadorias na própria mercearia que fornece ao Cefa, compraria tudo a preço muito abaixo daquele cobrado da Celesc. Os exemplos chegam a ser absurdos pela diferença de preços.

dida para o Cefa por Cr\$ 12.540,00 o quilo. Mas o Sinergia conseguiu comprar a mesma salsicha, no dia 19 de agosto, também na Mercearia Florinda por Cr\$ 9.980,00 o quilo.

A supervalorização dos produtos nas vendas para o Cefa é até maior em outros casos. No dia 3 de agosto o armazém vendeu 10 quilos de queijo prato por Cr\$ 23.700,00 o quilo para o Cefa. Mas para o Sinergia no dia 19 de agosto, vendeu algumas gramas do mesmo queijo por Cr\$ 19.900,00 o quilo.

Agora em novembro a Mercearia Florinda vendeu, por exemplo, 24 dúzias de ovos para o Cefa por Cr\$ 10.208,33 a dúzia e a Cr\$ 8.109,00 para o sindicato. No mesmo dia vendeu 48 latas de creme de leite para o Cefa por Cr\$ 13.583,33 cada uma e para o comprador comum a Cr\$ 11.890,00. No dia 10 de novembro o Cefa comprou ali 100 quilos de arroz campeiro por Cr\$ 6.877,00. Uma semana depois, no dia 17 de novembro, vendeu para o Sinergia o arroz campeiro por Cr\$ 6.170,00.

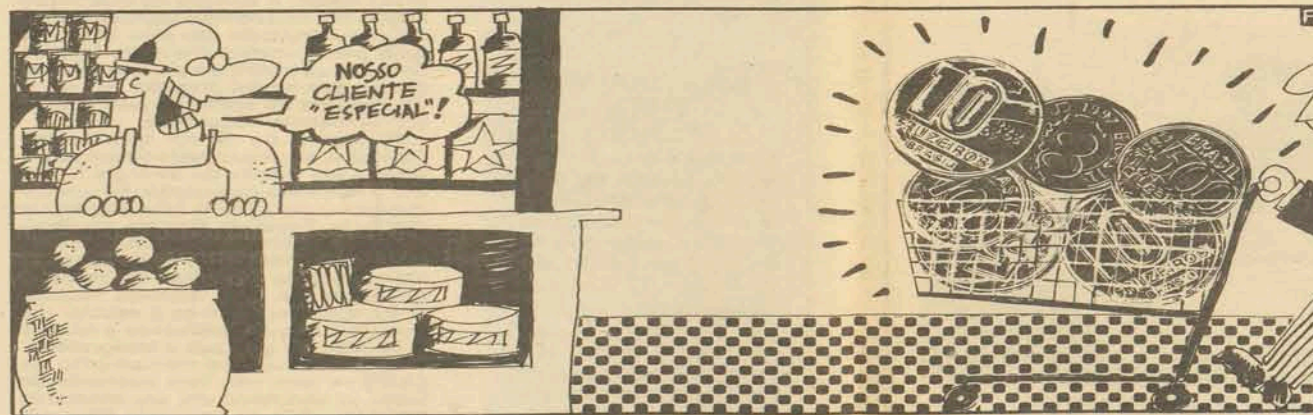
No dia 3 de agosto o Cefa comprou 1 saco de cebola, na Mercearia Florinda por Cr\$ 45 mil o saco. No mesmo dia o Cefa comprou de um comerciante do Ceasa outros dois sacos de cebolas por Cr\$ 39 mil cada um. Também no dia 3 de agosto foram compradas 3 caixas de laranja na Mercearia Florinda por Cr\$ 39.550,00 cada. No mesmo dia, do mesmo comerciante do Ceasa foram compradas outras três caixas de laranjas por Cr\$ 28 mil cada.

AUDITORIA TARTARUGA

Procurado pelo Linha Viva, o chefe do Cefa, José Fernando de Souza Fonseca, concordou que as diferenças de preços são grandes. Ele argumentou que em agosto — a seu pedido — foi instalada uma auditoria no Cefa para examinar as compras feitas pelo centro. "O estopim naquela época foi o preço do queijo prato". Ele não soube explicar porque da demora da auditoria. Segundo ele, os auditores pesquisaram os preços por dois meses e "devem estar para entregar seu relatório. Agora que você me contou isto vou tentar agilizar a coisa". Fonseca disse que irá esperar as conclusões da auditoria para tomar as providências necessárias.

O chefe do Cefa explicou também que é feita uma tomada de preços para compra de mercadoria, "seguindo as normas da Celesc para dispensa de licitação".

Algumas perguntas porém ficaram sem respostas. Por exemplo: por que o Cefa continua a fazer compras num local que está sob suspeição, investigado por auditoria?



MERCEARIA FLORINDA

Ultimamente o Cefa está fazendo suas compras num pequeno armazém do Estreito, chamado MERCEARIA FLORINDA. Pelas instalações pode-se ver que a casa não tem condições de fazer as grandes vendas que faz, não tem poder de estoque, é mais uma "venda" comum de bairro.

Segundo uma nota fiscal do dia 8 de julho de 1992, a mercearia vendeu 15 quilos de salsicha hot dog por Cr\$ 10.540,00 o quilo para o Cefa. Um mês depois, no dia 3 de agosto, na mesma mercadoria foi ven-

TRIBUNA LIVRE

A penhora da ELASE

Gilberto Xavier Antunes
Advogado STIEE de Lages

A Eletrosul publicou no jornal de sua edição denominado "SAIBA", que o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Lages, recusou o parcelamento em três vezes, para o pagamento de ação judicial de funcionário da Dita/Itá, referente a hora in itinere, onde foi penhorada a Sede da Elase, tendo posteriormente aceito a proposta de Acordo para pagamento de tais valores em cinco parcelas.

Diz a verdade a Eletrosul quando afirma textualmente que foi recusada proposta para quitar a condenação em três parcelas.

Resta, porém, esclarecer que não foi o Sindicato de Lages que efetuou tais negociações, já que os autores do processo são os próprios funcionários da empresa, tendo o sindicato apenas acompanhado e orientado as negociações, afim de não permitir qualquer prejuízo aos empregados interessados.

A não aceitação do acordo, em três parcelas deu-se, única e exclusivamente, pelo fato mencionado pela empresa de que tal acordo implicaria na quitação da condenação, o que torna inviável, pela condenação à empresa do pagamento de PARCELAS VINCENDAS ainda não incluídas na conta de liquidação, sendo portanto oneroso àqueles empregados a quitação total do processo.

Tendo, por isso mesmo, sequer o procurador submetido tal proposta aos atores daquela ação.

Salienta-se, ainda que o concretizado não é "ACORDO" e sim concessão de "PARCELAMENTO DE VALORES" já apurados em cinco parcelas, sem qualquer prejuízo de correção monetária e juros correspondentes bem como, sem quitar as parcelas vincendas que serão oportunamente executadas na sua integralidade.

Distorcida portanto a informação publicada no "SAIBA" n° 259 de 15/10/92 e portanto desmerecedora de qualquer crédito dos destinatários daquela informação.

EXPEDIENTE

Linha Viva é uma publicação semanal da Intersindical dos Eletricitários de Santa Catarina com tiragem de 7.500 exemplares. Diretor Responsável: Dinivaldo Gilloli. Editores: Gastão Cassol (DRT/RS 6166) e Marl Cristina Scamazzon (DRT/RS4966). Ilustrações Frank Mala. Diagramado e composto na Estação de Editoração Eletrônica do Sindicato dos Eletricitários de Florianópolis. Impressão: gráfica do jornal O Estado. Redação: rua Lacerda Coutinho, 149, Fpolis, SC. CEP 88015-030. Fone: (0482) 22-3886. Telefax: (0482) 23-5596. Telex: 481555. Cartas para a Tribuna Livre não podem ter mais de 30 linhas, e sua publicação fica a critério dos editores. As matérias assinadas não correspondem necessariamente à opinião do jornal.

conto poesia



Sai o resultado do concurso literário

Já foram selecionados os 15 contos e as 30 poesias que vão participar da coletânea dos melhores trabalhos inscritos no concurso Conto e Poesia, promovido pelo Sinergia. Os contos foram escolhidos dia 23 pelos escritores Amílcar Neves, Celestino Sachet e Silveira de Souza. As poesias foram julgadas por Hugo Mund Júnior, Lauro Junkes e Maria Helena Camargo Régis. Antes da seleção propriamente dita, os julgadores analisaram individualmente os trabalhos. O livro deverá ser lançado em fevereiro, com uma tiragem de 1.500 exemplares.

A boa qualidade dos trabalhos surpreendeu os jurados. "Não é um nível muito alto, mas é uma boa média. O problema é que há muitos trabalhos com bons momentos e passagens muito comuns", comenta Lauro Junkes sobre as poesias. Hugo Mund Júnior acha que o maior problema é a falta de originalidade dos iniciantes "As pessoas trabalham muito com idéias já prontas, imagens consolidadas, que comprometem o valor poético", observa Junkes.

A tarefa de julgar as poesias, no entanto, não foi difi-

cil, segundo os jurados. "Os trabalhos de melhor qualidade logo se impuseram", conta Maria Helena. Ela destaca ainda a importância do concurso ter revelado escritores novos, uma vez que a maioria dos selecionados não é conhecido.

TALENTOS — Na seleção dos trabalhos surgiram alguns nomes já conhecidos no meio literário, como o de Emanuel Medeiros Vieira, Enéas Athanázio e Inês Mafra, Miguel Russowsky, Oldemar Olsen Jr. e Silvério Ribeiro da Costa. A qualidade dos trabalhos satisfaz os julgadores: "Não há obras primas, mas uma surpreendente homogeneidade entre os trabalhos numa média de qualidade muito boa", assinala Silveira de Souza.

Amílcar Neves acha que apareceram trabalhos fracos, mas que não comprometeram o resultado final. "Acho que os selecionados para a coletânea são bons e representativos do concurso", destaca.

"O nível deste concurso é superior a outros que aconteciam há anos atrás", salienta Celestino Sachet, explicando que hoje "as pessoas têm mais consciência do ato de escrever". Esta consciência, segundo ele, é estimulada pela

possibilidade de publicação, uma vez que quem escreve quer ver o seu trabalho na rua, "muito mais do que receber um prêmio em dinheiro, pois passamos por uma grande crise no setor editorial".

GRANA — O prêmio apenas com a publicação dos trabalhos, como neste concurso, é insuficiente na opinião de Amílcar Neves. "Prêmios em dinheiro são bons para desfazer o sentimento de que literatura é hobby ou diletantismo", dispara, ao mesmo tempo que afirma a importância de publicação. "O ideal seria publicar e premiar" constata.

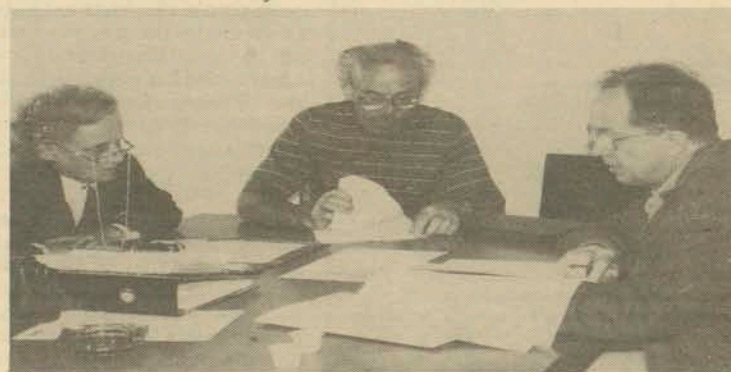
Dinovaldo Gioli, diretor de Cultura do Sinergia e organizador do Concurso, avalia que a iniciativa foi um sucesso. "Foram 450 trabalhos inscritos, (93 contos e 357 poesias), num total de 158 participantes, reunindo escritores já conhecidos, com livros publicados e iniciantes que nunca participaram de concursos. Isso é muito positivo", garante. Mas as principais virtudes do concurso são abrir espaço para publicação de trabalhos "engavetados" e estimular outras entidades sindicais a incentivarem a manifestação cultural, "afinal isto também é tarefa de sindicato".

Poesias selecionadas

- não há ordem de classificação -

Lembranças Urbanas (Albert Lang), Um momento de Melancolia (Alline Gonçalves Silva), Fugir (de mim) (Ana P.R. Hamms), Olhos Contados (Anderson da Costa), Confronto (Cidnei Raul Soares), Imagens (Dennis L. Radünz) e Testemunho (Dennis L. Radünz), Post Scriptum (Donald Malschitzk.), Passagem (Eloah R.L. M. de Castro), Blues (Eloah R. M. de Castro), Sem Vento e Sem Utopia (Emanuel Medeiros Vieira), Aurora (Fábio Adriano Hering), Dezoito Segundos (Fabrício Noveletto), Passagenzinha (Inês Mafra), Homem Prevenido (Inês Mafra), Poeta (João Vi-

cente de Borba F.), Sentido (João Vicente de Borba F.), Passagem (Júlio Cesar Ramos), Dolores in vermelho (Marcedo Alves), Iluminura (Marcos Augusto Faraco Peressoni), Lugar Comum (Marlene de Fáveri), Reaproveitamento de um Lixo (Maurício da Cunha Lima), Retratos na Parede (Miguel Russowsky), Exercício de Gongorismo (Miguel Russowsky), Sobressalto (Mônica Ceola), Trajetos (Paulo Sá Brito), Dual (Paulo Sá Brito), Círculo dos Tempos (Rita Valéria Debiaze), De repente, presente (Ruy Cesar F. Braga), e Sublime Poema (Silvério Ribeiro da Costa).



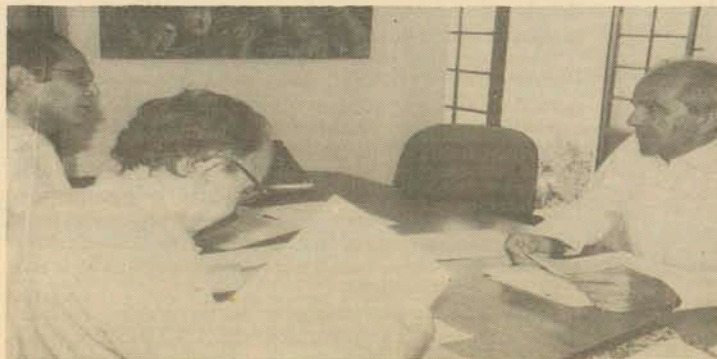
Maria Helena, Junkes e Hugo Mund Jr. julgaram poesias

Contos selecionados

- não há ordem de classificação

A Loira do Prédio em Frente (Claudio Lovato F.), Longa Vida, Capitão (Emanuel Medeiros Vieira) e Mão na Soleira da Porta (Emanuel Medeiros Vieira), Por Causa do Buçal (Enéas Athanázio), Prosa de Cristal (Inês Mafra), Alfândega, Centro e Onze, (James Clarkson Witt), Pesadelo de Morte (Adelar José Dilli), Leituras Dominicais (Luiz

Cézare Vieira), Mano Velho (Lurdes Alves Machado Frutuoso), Mera Coincidência (Marcelo Passamai da Silva), Marcas da Solidão (Oldemar Olsen Jr.), O Capeta (Paulo Sá Brito), Aluvião (Rogério Luiz de Souza), Tempo de Jogo (Soraya Nunes Lins), e Apenas Uma Suspeita (Zenilda Nunes Lins).



Sachet, Silveira de Souza e Amílcar Neves escolheram contos